



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Cabo Júlio e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de denúncia anônima apresentada por Agente Penitenciário que trabalha na Penitenciária José Maria Alkimin, segundo a qual o Diretor-Geral do Presídio, dois Diretores de Segurança e o Diretor Administrativo não respeitam direitos constitucionais e trabalhistas e submetem os funcionários a excessiva pressão; de ofício do Sr. Marcos da Luz Evangelista Lima Martins, agradecendo o convite para audiência pública em Açucena e justificando sua ausência no evento; e da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Carolina Queiroz de Carvalho, Promotora de Justiça; do Sr. Rodrigo Moraes Fernandes, Delegado de Polícia Federal; de Vereadores da Câmara Municipal de Pouso Alegre; do Sr. Geovanne Honório, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares (4/7/2013); da Sra. Cíntia Maria Oliveira de Lucena e dos Srs. Lucas Rolla e Márcio Rogério de Oliveira, Promotores de Justiça (5/7/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.203/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, Deputado Cabo Júlio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.040, 5.043 e 5.110/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Leonardo Moreira e Cabo Júlio (4) em que solicitam sejam encaminhados à Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral, cópia do relatório da visita da Comissão ao Presídio de Itaúna, em 5/7/2013, e pedido de providências para a realização de mutirão carcerário nesse Presídio com a finalidade de prestar assistência jurídica aos detentos; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Subsecretaria de Administração Prisional, ao Conselho Penitenciário do Estado, à Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Secretaria de Defesa Social, ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, do Júri e de Execuções Penais da Comarca de Itaúna, ao Juiz de Direito responsável pelo Programa Novos Rumos, à 4ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Itaúna, ao Promotor de Justiça de Execução Penal, ao Delegado de Polícia de Itaúna, ao Diretor-Geral e ao Diretor de Segurança do Presídio de Itaúna, ao Prefeito Municipal de Itaúna, ao Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, ao Vereador da Câmara Municipal de Itaúna e ao Comandante da 5ª Cia. Independente de Polícia Militar da 7ª Região o relatório da visita da Comissão ao Presídio de Itaúna, em 5/7/2013; seja encaminhado à Corregedoria do Sistema de Administração Prisional pedido de providências para a apuração de denúncias de irregularidades na gestão da Penitenciária José Maria Alkimin, formuladas na manifestação nº 62.282, registrada na Ouvidoria-Geral do Estado; e seja encaminhada ao Sr. João Afonso Baêta Costa Machado, do DER-MG, o ofício encaminhado à Comissão pelo Sr. Rodrigo Moraes Fernandes, Delegado de Polícia Federal, referente à criação de força-tarefa para combater a criminalidade nos veículos de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros; e Cabo Júlio em que solicita seja designado representante da Comissão para acompanhar depoimentos na Corregedoria da Polícia Civil sobre a invasão de domicílio e o constrangimento ilegal que



teriam sido praticados por policiais civis lotados na 1ª Delegacia de Venda Nova, em 7/6/2013, contra o Subten. PM Cleber Batista Ribeiro. É recebido requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança dos taxistas e dos usuários de táxis no Estado e as deliberações do Fórum Permanente dos Taxistas. Submetido a votação, é aprovado o relatório da visita da Comissão ao Presídio de Itaúna, em 5/7/2013, o qual é publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

João Leite, Presidente - Leonardo Moreira - Cabo Júlio.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local Visitado: Presídio de Itaúna

Apresentação

A requerimento do Deputado Neider Moreira, esta Comissão visitou, no dia 5/7/2013, às 10 horas, o Presídio de Itaúna, na Rua Santana, no Bairro das Graças, com a finalidade de verificar as condições do Presídio, tendo em vista que nele estão encarcerados 200 presos, embora sua capacidade seja para apenas 60.

Participaram da visita o Deputado João Leite, Presidente da Comissão, e o Deputado Neider Moreira. A visita contou ainda com as seguintes presenças: Srs. Paulo Antônio de Carvalho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, do Júri e de Execuções Penais da Comarca de Itaúna; Jair Francisco do Santos, Juiz de Direito responsável pelo Programa Novos Rumos; Fábio Galindo Silvestre, Promotor de Justiça da 4ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Itaúna; Renato Antônio Boechat de Araújo Magalhães, Promotor de Justiça de Execução Penal; Wesley Amaral de Castro, Delegado de Polícia em Itaúna; Jander Heleno e Leandro Batista, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor de Segurança do Presídio de Itaúna; Pabloneli de Sousa Vidal, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Secretaria de Defesa Social; Osmando Pereira da Silva, Prefeito Municipal de Itaúna; Alex Artur da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, e Hudson Rodrigues Bernardes, Vereador da Câmara Municipal de Itaúna; Maj. PM Paulo José de Azevedo, Comandante da 5ª Cia. Independente de Polícia Militar da 7ª Região, e Ten. PM Aulos Rodrigues.

Relato

A Comissão foi recebida pelos Srs. Jander Heleno e Pabloneli de Sousa Vidal, que imediatamente confirmaram a superlotação, com números atualizados: 203 detentos para 70 vagas oficiais no Presídio, o que denota falta de condições adequadas para o cumprimento de pena de privação de liberdade.

A percepção dessa realidade se agravou quando o estabelecimento foi vistoriado de forma detalhada. O Presídio conta com apenas nove celas, sendo que duas possuem em torno de 3m² de área e as outras têm área média de 6m². A cela nº 7, uma das menores do Presídio, impressionou os Deputados, pois era ocupada por 16 detentos. Algumas celas chegam a abrigar 30 detentos, segundo relatos.

Além das privações extremas de conforto, descanso e higiene gerados pela superlotação, os presos reclamaram da ausência de assistência jurídica e da demora na execução de progressões de regime a que teriam direito. Também foram denunciadas inconformidades legais em relação às prisões. Os detentos reclamaram da indistinção no encarceramento dos presos, que reúne nas mesmas celas detentos provisórios e condenados, autores de crimes graves e de menor potencial ofensivo, assim como pessoas em regimes de cumprimento de pena diferentes. Também foram identificados problemas pontuais mais sérios de atendimento à saúde dos presos, como o caso de um detento que encontra dificuldades para a execução de procedimentos de colostomia.

Apesar de todos os transtornos averiguados, não houve denúncias de maus-tratos, assim como os presos não manifestaram reclamações quanto à alimentação no Presídio.

De acordo com informações prestadas pelo Diretor do Presídio, a unidade acautelava, no dia da visita, 136 presos provisórios. Os parlamentares identificaram um caso em que um preso provisório, supostamente, poderia estar respondendo ao processo em liberdade, mas, em função da ausência de assistência jurídica e de possíveis erros em bancos de dados, ainda se encontrava detido. Segundo o Sr. Jair Francisco do Santos, Juiz responsável pelo Programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça, um mutirão carcerário poderia identificar outros casos de presos provisórios detidos irregularmente.

O restante dos presos, 67 ao todo, tinham, em princípio, o direito a serem transferidos para outras unidades a fim de cumprirem sua pena em condições adequadas. Destes, 28 eram presos condenados no regime fechado, 35, no semiaberto, e 4, no regime aberto. O Juiz Criminal Paulo Antônio de Carvalho informou que os 4 presos condenados no regime aberto regrediram no regime de cumprimento da pena em razão de falta grave (tentativa de fuga) e por isso estão presos no regime fechado.

Segundo o Sr. Pabloneli de Sousa Vidal, atualmente o Estado tem déficit no sistema prisional de 20 mil vagas. Disse também que, nos últimos 18 meses, cerca de 196 presos foram transferidos do Presídio de Itaúna, o que contribuiu para aliviar o problema da superlotação, mas reconheceu que o panorama continua insustentável. Disse ainda que a transferência de presos para a Apac de Itaúna tem contribuído para aliviar o problema, mas ressaltou que as características específicas de funcionamento dessa instituição limitam seu número de vagas.

Na visita, o Superintendente fez um levantamento dos casos mais urgentes de necessidade de transferência. Em reunião no próprio Presídio com os Deputados e os representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, anunciou esforço da Secretaria de Defesa Social para realizar imediatamente a transferência de 48 condenados. Além disso, garantiu que será autorizada, nos próximos 60 dias, a transferência de outros 16 presos. Os detentos serão transferidos para unidades próximas de Itaúna, especialmente as de Pará de Minas e Formiga. As transferências serão feitas rapidamente, assegurou o Diretor do Presídio, observadas as limitações de logística da unidade, que conta com cerca de 45 Agentes Penitenciários e apenas 2 viaturas.



No levantamento feito pelo Superintendente, chamou a atenção o elevado número de presos naturais de Itaúna, 22 ao todo, solicitando sua transferência para unidades prisionais fora do Município, contrariando a lógica de querer permanecer próximo à família. Supostamente, tal comportamento estaria ligado a disputas locais do tráfico de drogas, que estariam colocando em risco a vida desses presos.

Dados dos presos acautelados no estabelecimento, obtidos pela Comissão durante a visita, apontam que, entre os 136 presos provisórios, 50 estão detidos por tráfico de drogas (art. 133 da Lei Federal nº 11.343, de 2006), 30 por furto (art. 155 do Código Penal - CP), 17 por homicídio (art. 121 do CP) e 14 por roubo (art. 157 do CP). Assim, 111 presos provisórios estão associados a um desses quatro crimes.

O Presídio de Itaúna, cuja instalação se deu em prédio onde funcionava delegacia de Polícia Civil, localiza-se em área central e altamente urbanizada do Município, de modo que, das janelas e varandas de prédios residenciais do entorno, é possível visualizar o interior da unidade.

As dificuldades de gestão suscitadas pela superlotação do presídio e a grande exposição da população local a riscos levaram ao planejamento de um novo presídio no Município, maior, com 306 vagas, mais bem equipado e mais afastado do centro urbano. Obras para essa nova unidade prisional foram iniciadas em 2011, mas foram paralisadas tendo sido concluída apenas a terraplenagem para os edifícios. Há um clamor pela retomada das obras, com o qual se solidarizaram os Deputados, que, após a visita ao Presídio, vistoriaram o local da nova unidade prisional, na Estrada das Tocas, na zona rural de Itaúna.

O Superintendente Pabloneli de Sousa Vidal informou que está prevista a entrega pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop-MG –, até o dia 31/7/2013, dos projetos de engenharia do novo presídio. Em seguida, serão necessários cerca de 90 dias para a execução da licitação. A previsão do Superintendente é que as obras se iniciem em novembro deste ano e que o presídio seja entregue 18 meses depois, em meados de 2015. Segundo os Deputados, recursos para as obras foram garantidos com a aprovação, pela ALMG, de projeto de lei que autoriza a contratação de crédito pelo Poder Executivo junto a instituições financeiras. A expectativa é que, uma vez desativado o atual Presídio, o prédio seja demolido e, em seu lugar, seja erguido prédio para sediar uma delegacia regional da Polícia Civil.

Acompanham este relatório as planilhas de presos fornecidas pelo Diretor do Presídio de Itaúna. Fotografias da visita estão disponibilizadas no “site” da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br.

Conclusão

A Comissão constatou como principais problemas no Presídio de Itaúna a superlotação, a convivência irregular de presos provisórios e condenados e de diferentes regimes de cumprimento de pena, bem como a localização inadequada da unidade, em área urbana residencial e densamente habitada.

Os Deputados apontaram como positiva a resposta imediata da Secretaria de Defesa Social, que anunciou a transferência iminente de 48 presos para outras unidades, bem como a transferência de outros 16 detentos nos próximos 60 dias.

Entretanto, a Comissão concluiu que a solução definitiva para os problemas só virá com a construção do novo presídio de Itaúna e pediu agilidade no procedimento licitatório da obra.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

João Leite, Presidente - Leonardo Moreira - Cabo Júlio.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/7/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsa-e-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de Ouvidor-Geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Instituto Estadual de Florestas – IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de Ouvidora-Geral Adjunta do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 276/2011, do Deputado Paulo Guedes, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 66, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 66, da Comissão de Política Agropecuária, e as Emendas nºs 67 a 70, que apresenta. Com a aprovação da Emenda nº 69, fica prejudicada a Emenda nº 6.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.134 e 5.140/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 5.136 e 5.137/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.815/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.490/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.634/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.710/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista; 4.189/2013, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 5.013 e 5.049/2013, do Deputado Fábio Cherem; 5.144/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 5.149/2013, do Deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA TELEFONIA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 16/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.015 a 5.019, 5.021 e 5.022/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/7/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando, a partir de 15/7/2013, João José Santana Teixeira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Paulo Charlenes Faráco Maciel do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Fabio Mancilha Carneiro para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 125/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/7/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa para proceder a reparação em pisos de madeira.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94 - 5º andar - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte (MG), onde poderá ser retirado,



das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.